



O ROBIN HOOD ÀS AVESSAS DA ECONOMIA BRASILEIRA: Um conciso estudo sobre o papel do BNDES no financiamento de empresas

The Robin Hood in adverse of brazilian economy: A concise study of the role of BNDES in
corporate finance

Caio Roriz de Amorim¹

Graduando em Administração pela UniEVANGÉLICA - GO

Márcio Dourado Rocha²

Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso –GO

¹ ¹ Caio Roriz de Amorim - Bacharelado no curso de Administração pelo Centro
Universitário de Anápolis (UniEVANGÉLICA) – Brasil - Email: caio.roriz@outlook.com

² Márcio Dourado Rocha – Professor do curso de Administração do Centro Universitário de
Anápolis (UniEVANGÉLICA) – Brasil - Email: marcioans@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo discutir o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como um banco público, buscando evidenciar sua atuação como provedor de recursos junto a empresas no intuito de obtenção de retorno econômico e social, preliminarmente realizou-se pesquisa qualitativa por meio de estudo bibliográfico acerca da utilização desses recursos quanto aos seus fins, elaborando um sólido referencial teórico que investigou os pressupostos da atuação de bancos públicos, e, posteriormente, aplicou-se pesquisa quantitativa por meio de pesquisa de campo junto a empresários da cidade de Anápolis-GO, verificando in loco, por meio de amostragem aleatória simples, a efetividade do financiamento público de atividades empresariais, discutindo os resultados e apresentando considerações finais sobre a aplicação da pesquisa nos moldes da metodologia proposta, buscando responder à questão relacionada ao privilégio ou não, pelo BNDES, de determinada classe ou categoria de empresários em detrimento de outras categorias mais necessitadas de capital a baixo custo.

Palavras-chave: BNDES; Custo de Capital; Financiamento público; Desigualdade

ABSTRACT

The main goal of the study is to discuss the paper of Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) as a public bank, in order to show its performance as a corporation lender to generate economic and social return. First, a qualitative research was conducted through bibliographic study about the use of these financial resources, resulting in a theoretical framework that investigated the operation assumptions of public banks. After that, a qualitative research was done with entrepreneurs in Anápolis-GO, through simple random sampling, to understand the public funding effectiveness in company's activity. There was a critical discussion about the survey along the lines of proposed methodology. The intention was answer the question about the benefit (or not), by BNDES, of specific tier of business over others with greater need for low cost capital.

Key words: BNDES; Cost of Capital; Public funding; Inequality

1. INTRODUÇÃO

Ao final da década de 1970, o setor bancário brasileiro passou por uma reestruturação e modernização que se intensificou a partir da segunda metade dos anos 90, mediante novo curso da política econômica. A contar desse período, os Bancos Públicos (BP's) “exercem papel fundamental na oferta de crédito para setores pelos quais o setor privado não se interessa, principalmente no caso do desenvolvimento regional” (JAYME JR; CROCCO, 2010, p.17).

Desse modo, os BP's mostraram-se cada vez mais cruciais ao desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, aos interesses estratégicos de países subdesenvolvidos. No Brasil, estes tiveram papéis imprescindíveis em múltiplos períodos, destacando-se no “fornecimento de crédito a pequenos empreendedores e produtores, bem como a projetos de infraestrutura e desenvolvimento regional” (JAYME JR.; CROCCO, 2010, p.17). Vale destacar a importante conduta adotada pelos BP's – em especial o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o banco de desenvolvimento do Brasil – frente à crise de 2008/2009, onde foram fundamentais no fornecimento de crédito no Brasil.

Jayme e Crocco (2010, p.17) afirmam que “de fato, a relação crédito/PIB no país se elevou de cerca de 30% no final de 2008 para aproximadamente 45% no final de 2009, tendo nos BP's, principalmente com a elevação do crédito direcionado, seus principais atores”.

Assim sendo, um banco de desenvolvimento se torna peça fundamental para as políticas econômicas de qualquer país, pois “orienta a poupança institucional disponível para um projeto de economia nacional” (LESSA, 2017, online). A justificativa para a existência desses bancos é fundamentada na ideia de que eles geram ganhos na eficiência alocativa do Estado (GREENWALD; STIGLITZ, 1986). Desta forma, conviriam preencher a lacuna existente entre o setor privado e investimentos de longo prazo necessários ao desenvolvimento do país.

Entendendo o papel das políticas macroeconômicas de financiamento do desenvolvimento, Vasconellos (2009, p.406) diz que “se o governo coletar mais em impostos do que ele gasta em bens correntes e serviços, os recursos deixados podem ser investidos pelo governo na infraestrutura e podem ser canalizados para empresas, via bancos de desenvolvimento ou de fomento.” Porém, nem sempre estes recursos são alocados com base em critérios de eficiência e desenvolvimento.

De acordo com o pesquisador do Centro de Estudos em Crescimento e Desenvolvimento Econômico da Fundação Getúlio Vargas Roberto Castello Branco (2017, p.

5), o desempenho de um BD “não deve ser medido pelo tamanho dos seus ativos, mas pela qualidade de suas operações, focadas em casos em que os retornos para a sociedade excedem os retornos privados”. Todavia, o presente estudo pretende evidenciar que não é exatamente assim que ocorre no Brasil.

Nesse sentido, o papel do BNDES, um dos três maiores bancos desenvolvimento do mundo, vem se alterando desde sua criação em 1952 no segundo governo de Getúlio Vargas. Sua expansão entre 2007 e 2015 gerou significativos danos para o endividamento público direcionando crédito subsidiado a empresas e pessoas que poderiam buscar recursos no mercado. Em decorrência disso, “o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi alvo, nos últimos quatro anos, de uma verdadeira devassa em busca de irregularidades em sua gestão nos governos Lula e Dilma (principalmente entre 2013 e 2015)” (PEREIRA, 2019, *online*).

A política desenvolvimentista de “campeões nacionais” formulada pelo BNDES de criar grandes empresas para se transformarem em multinacionais brasileiras com respaldo global acabou por aumentar a concentração de mercado e avolumou a desigualdade de renda, tomando dinheiro do menos favorecido em benefício dos grandes (BRANCO, 2017). Deveria ser atribuição do mercado escolher “campeões nacionais”.

Recentemente tomou posse o 38º Presidente da República do Brasil que muito interpelou durante sua campanha a respeito da exiguidade de transparência na atuação do BNDES, atendendo assim a expectativa de clareza que a sociedade anseia por parte do governo. Dessa forma, a abertura do que se chamou de “caixa-preta do BNDES” só trouxe a confirmação do que já se presumia, quando o presidente da instituição vazou a relação dos dez maiores negócios de compra e venda de jatinhos que contaram com o financiamento subsidiado do banco.

Segundo o Estadão (2019, *online*), “entre 2009 e 2014, o BNDES emprestou R\$ 1,9 bilhão para essas operações, com juros de 2,5% ao ano a 8,7% ao ano”. A área técnica do banco estima em R\$700 milhões o valor do subsídio dessas operações. Sendo assim, o banco que carrega em seu próprio nome a responsabilidade social de reduzir desigualdades através do desenvolvimento econômico age correspondente a um Robin Hood às avessas, trabalhando como motor de desigualdade a custo da sociedade.

Enquanto isso, a taxa de mortalidade de empresas, indicador divulgado de dois em dois anos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), cresceu no Brasil durante os últimos anos. De acordo com o estudo, “as razões para a quebra envolvem o freio no consumo,

associado ao aumento do peso dos impostos e à escassez de crédito para capital de giro”. Diz ainda que quase a metade das baixas foram entre as microempresas.

Em estudo publicado pelo SEBRAE (2018), os pequenos negócios, compostos pelas micro e pequenas empresas (MPE) e pelos microempreendedores individuais (MEI), somam 6,4 milhões de estabelecimentos no Brasil. Afirma ainda que as MPE's assumem 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado. Isso mostra que os pequenos negócios empresariais são responsáveis por mais da metade dos empregos formais no país.

Relacionando-se a baixa expectativa de vida das pequenas empresas no Brasil com a alta necessidade de crédito das mesmas, fica evidente que esse gargalo distributivo de crédito direcionado precisa receber mais atenção. Por mais que o risco de inadimplência entre estas empresas no país seja um dos maiores do mundo, esse não deveria ser um indicador tão relevante quando se tem por intento o desenvolvimento social acima do econômico.

Por tudo isso, o presente estudo tem por objetivo discutir o papel do BNDES como um banco público com base em casos reais buscando evidenciar se há preposição do retorno privado ao social, preliminarmente realizando estudo bibliográfico acerca da utilização desses recursos quanto aos seus fins e, posteriormente, realizando pesquisa de campo junto a empresários da cidade de Anápolis-GO, com o intuito de verificar a efetividade do financiamento público de atividades empresariais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A intervenção do Estado na economia

De acordo com o pensamento liberalista, o funcionamento da economia dispensa ou quase a intervenção estatal. Dias e Rodrigues (2004, p. 65) apresentam o raciocínio do economista Adam Smith de que “se os homens e as mulheres forem deixados livres para buscar seus próprios e legítimos interesses, eles vão naturalmente agir favorecendo o melhor para a sociedade”. Dessa forma, é apresentado o conceito de “mão invisível” definido por Smith, que denota a capacidade autorregulatória dos agentes econômicos.

A mão invisível preconizada pelos economistas clássicos liberais pressupõe que o mecanismo de preços seria o regulador da economia, onde o excesso de oferta diminuiria os preços, ocorrendo o contrário quando houvesse o excesso de demanda.

Dias e Rodrigues (2004, p.65) argumentam que o conceito de mão invisível

[...] nada mais é do que a base da filosofia de equilíbrio de mercado em livre concorrência definido pela moderna economia como um pressuposto regulatório da atividade microeconômica de um determinado setor do país. Assim, como a “mão invisível” cumpre sua tarefa tão bem, concluiu Smith, é desnecessário os governos interferirem na produção e no comércio.

Contudo, a proposta de Smith parece pouco realista. Dias e Rodrigues (2004) destacam a clara impossibilidade do economista britânico e seus contemporâneos de prever a demasiada concorrência que se instalaria na sociedade moderna e globalizada em que vivemos, e afirmam ter Smith depositado ilusória confiança na atuação da “mão invisível” na economia.

Há, porém, casos divergentes do apresentado acima, onde o mercado acaba não se ajustando espontaneamente. A microeconomia denomina esse evento como “falhas de mercado”, que se dão quando os agentes econômicos interagem livremente causando distorções negativas (VASCONSELLOS, 2009). Sendo assim, a intervenção governamental se mostra conveniente, a fim de promover o bem-estar geral.

Em economias pouco desenvolvidas, como a brasileira, onde se falta quase tudo para o perfeito funcionamento dos mecanismos de mercado, argumenta-se que a intervenção do Estado é necessária em múltiplas atividades da economia, sendo tais defesas objeto de profusas discussões no campo econômico, político e ideológico.

Sendo assim, os bancos de desenvolvimento se apresentam como alternativa assertiva ao combate de certas falhas de mercado brasileiras, onde o setor privado esquiva-se cada vez mais em oferecer crédito de longo prazo necessário ao desenvolvimento do país e preza exclusivamente o retorno financeiro de suas operações.

2.2 Bancos de Desenvolvimento

Filho e Costa (2013, p.10) afirmam que a “Grande Depressão, de 1929, criou condições para que vários Estados nacionais abandonassem, na prática, as doutrinas econômicas liberais até então propagadas nos países ocidentais”. Dessa forma, diante do desmoronamento drástico do nível de atividade econômica, o então presidente dos Estados Unidos da América Herbert Hoover criou instituições financeiras públicas que tinham como propósito financiar o investimento privado de longo prazo. Estas instituições financeiras públicas se tornaram posteriormente bancos de desenvolvimento nacionais e se espalharam ao redor do mundo.

Desde então, os BD's tornaram-se fortes instrumentos de direcionamento de crédito “a partir dos quais os Estados nacionais comandariam o financiamento em longo prazo de seus programas nacionais de desenvolvimento” (FILHO; COSTA, 2013, p.11). Em economias subdesenvolvidas, como a brasileira, a atenção era voltada às empresas de menor porte não atendidas pelos bancos comerciais e setores considerados prioritários pelo governo, como infraestrutura e a indústria de base.

Segundo avaliação de Ferraz, professor da UFRJ e autor de “Incerteza, Investimento e Financiamento: papel estratégico dos bancos nacionais de desenvolvimento”, os bancos nacionais de desenvolvimento surgiram como uma importante inovação financeira e se tornaram uma realidade em inúmeros países durante o final dos anos 1940 na esteira da reconstrução do pós-guerra. Desde então, desempenharam um papel fundamental não somente de suporte da reconstrução, mas, em especial, de transformação estrutural de diferentes países, inclusive desenvolvidos. Não obstante, sua relevância, esses bancos são frequentemente considerados instituições exóticas, típicas de países em desenvolvimento de mercados financeiros incompletos. (IEDI, 2017, *online*).

Soa insólito atestar a existência de bancos de desenvolvimento em países considerados desenvolvidos. Porém, estes se justificam pela atuação em setores específicos de suas respectivas economias, buscando nichos de mercado que consideram prioritários. Dessa forma, os bancos de desenvolvimento de países desenvolvidos como Japão e Alemanha, por exemplo, focaram em áreas de tecnologia de ponta e crédito educativo, respectivamente. (IEDI, 2017).

2.3 BNDES: criação, desenvolvimento e transformação

Em 1952, Getúlio Vargas assume seu segundo mandato como Presidente da República com o compromisso de promover o desenvolvimento do país. Desse modo, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) foi criada para estruturar tal desenvolvimento em parceria com o Banco Mundial e o Eximbank (ABREU, 2017). Sendo assim, visando o crescimento do país, o governo Vargas cria o Plano de Reparcelamento Econômico, tal implementação, se inspirou, dentre outros modelos, nos modelos de financiamento da reconstrução do pós-guerra.

Abreu (2017, *online*) diz que:

O plano continha projetos relativos à criação de novas fontes de energia elétrica, à criação e à ampliação das indústrias de base e à introdução de novas técnicas na agricultura. Previa também a modernização da rede de transportes ferroviários e rodoviários, a construção de armazéns e frigoríficos, a criação e a ampliação dos serviços portuários.

Diante disso, para obterem subsídios e saldarem os empréstimos estrangeiros obtidos em favor dos projetos do plano, a CMBEU sugeriu a criação de um banco de desenvolvimento. A partir disso, nasce o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (ABREU, 2017).

O BNDE foi o principal agente financiador e executor do Plano de Reaparelhamento Econômico do segundo governo Vargas, impulsionando uma política de fomento à industrialização do país, que visava à redução de gastos com importações e ao equilíbrio do balanço de pagamentos. Os setores de energia e transporte foram definidos como prioritários. (MEMÓRIA BNDES, 2014, *online*).

De acordo com Lessa (2017, p.334), ex-presidente do Banco:

O BNDES é, isoladamente, certamente a instituição mais relevante no processo de industrialização brasileiro. (...) O banco nasce com Fundo Nacional de Desenvolvimento, que era um adicional do imposto de renda, e com a missão de tocar para frente os projetos considerados prioritários. (...) É como se o BNDES fosse uma espécie de banco siderúrgico. Na visão daquele momento, a indústria das indústrias era a siderurgia. E o Brasil tinha a grande vantagem de um excepcional minério de ferro, bem localizado. Na década de 50, ocorre a consolidação da indústria pesada.

Ainda na década de 50, Juscelino Kubitschek vence as eleições para Presidente da República com a grande missão de combater a crise econômica do Brasil pautando sua proposta de governo na promoção do desenvolvimento e na sustentação da atividade econômica. Surge assim o plano de metas “50 anos em 5”, que tinha a intenção de guiar o Brasil a um ligeiro e estruturado crescimento econômico.

O BNDE teve papel fundamental na elaboração e no gerenciamento do Plano de Metas, financiando projetos de usinas hidrelétricas, rodovias, linhas de transmissão, siderurgia e papel e celulose. Para coordenar o plano, é criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento (...). Com a ajuda do BNDE, foram financiados 46 projetos, tais como a construção das usinas de Três Marias e de Furnas (MG), o complexo de usinas da Light (SP) e a ampliação da Usina de Paulo Afonso (PE) (MEMÓRIA BNDES, 2014, *online*).

Nesse período, “foi fundamental no plano de metas (...) e no processo de modernização da indústria pelo qual o país passou na década de 1960. Em 1970 e 1980, ajudou na expansão da infraestrutura brasileira durante os governos militares” (KOJIKOVSKI, 2016). É importante destacar que em 1971 o Banco se tornou uma empresa pública, tornando assim mais fácil a captação e aplicação de recursos.

Os anos 80 foram marcados pelo aumento da preocupação social aliada à política de desenvolvimento da época. O BNDE também fez parte da mudança, passando a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) a partir de 1982. (BNDES, *online*). Desse modo, passou a atuar em novos campos como o desenvolvimento social e urbano e a inclusão social.

Nos anos 90, “atuou como importante garantidor nos processos de privatização e abertura econômica”. (KOJIKOVSKI, 2016). Sendo assim, pode-se dizer que a partir do momento que o Banco se tornou responsável pelo Plano Nacional de Desestatização (PND), redefine-se o papel do Estado na economia.

O BNDES iniciou a atuação em novos campos. O ano de 1993 ficou marcado pelo estímulo à descentralização regional, com o incremento dos investimentos em projetos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O programa de exportações passou a incluir as micro, pequenas e médias empresas. O setor de comércio e serviços começou a receber investimentos do Banco. E a preocupação com o meio ambiente ganhou força, com a classificação do risco ambiental dos projetos. A área social também deu início ao programa de microcrédito. (BNDES, *online*).

De acordo com o próprio BNDES, a partir do novo século, se tornou mais efetiva a vertente social na missão do Banco, que é “promover a competitividade da economia brasileira, de forma agregada a sustentabilidade, à geração de emprego e renda e à redução das desigualdades sociais e regionais” (BNDES, *online*). Porém, alguns autores como Roberto Castello Branco (2017) não aprovam a atuação recente do Banco (a partir de 2006). Para ele, o BNDES serviu nesses últimos anos para “demandar favores do Estado à custa da sociedade”.

2.3.1 Origem de recursos

O BNDES dispõe de diversas fontes de recursos, como o Tesouro Nacional (TN), FAT/PIS-PASEP, captações externas, patrimônio líquido e outras fontes governamentais. Porém, com base no próprio BNDES (2019, *online*), fica evidente a farta parcela que o FAT e o TN possuem nesse conjunto. Juntos representaram aproximadamente 75% de todos os recursos do banco.

Sobre o Tesouro Nacional, este iniciou a concessão de empréstimos ao BNDES a partir de 2008, a fim de diminuir maiores impactos da crise do mesmo ano. De acordo com

o BNDES (2018, online), “apesar da superação gradativa da crise, os repasses continuaram nos anos seguintes, servindo de *funding* para novos financiamentos”.

Diante disso, Kojikovski (2016, *online*) afirma que “o maior problema do BNDES na última década foi manter os créditos subsidiados mesmo após o final da crise de 2008”. Dessa forma, fica evidente tal alegação quando se verifica a soma dos valores emprestados pelo Tesouro ao BNDES durante o período entre 2008 e 2014 no valor de aproximadamente R\$ 416 bilhões. (BNDES, *online*).

Sobre o FAT, parte dos recursos arrecadados pelo PIS-PASEP, que o compõe, “quarenta por cento serão destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social” (BRASIL, 1988). Desde então, tornou-se fonte constante para que o banco consiga realizar seus financiamentos.

Estes recursos advindos do FAT são usados em diversos projetos do banco. Além deste percentual de 40% dos recursos do PIS-PASEP – chamado FAT Constitucional – destinados ao BNDES, existem os chamados “recursos excedentes” que são depósitos especiais.

Enquanto os recursos do FAT Constitucional são aplicados pelo BNDES, de acordo com diretrizes governamentais, em projetos que promovam o desenvolvimento econômico, os do FAT Depósitos Especiais são destinados a programas e setores específicos, previamente determinados pelo Conselho Deliberativo do FAT. (BNDES, 2019, *online*).

2.3.2 Expansão a partir de 2007

O Banco, a partir de 2007, teve sucessivos aumentos em seu desembolso, expandindo assim sua oferta de crédito. Isto porque “passou a fazer parte do plano do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de criar ‘campeões nacionais’” (KOJIKOVSKI, 2016, *online*). Essa política é causa de discussão por diversos fatores que serão discutidos no desenvolver do artigo.

Sobre os danos causados pela expansão do BNDES entre 2007 e 2015, Branco (2017, *online*) destaca alguns, como:

Contribuição significativa para o endividamento público e praticamente nenhuma para o aumento do investimento, preferência para emprestar para empresas maiores, mais antigas e de menor risco, aquelas com maior acesso ao mercado, redistribuição de renda da sociedade para os acionistas dessas empresas, aumento de poder de mercado de grandes frigoríficos e bloqueio parcial de importante canal de transmissão da política monetária para a atividade econômica, a taxa de juros.

O BNDES nunca emprestou tanto como nesse período (2007 – 2015). Cruz (2013, online) diz que “boa parte de seu crédito barato, em vez de estimular a inovação, serve para grandes grupos fazerem mais do mesmo – às vezes, com resultados desastrosos”. Menciona ainda que o povo brasileiro é dono de parte de grandes empresas como JBS, Bom Gosto, AMBEV, Braskem, Lojas Americanas, Klabin S/A dentre outras, pois o dinheiro emprestado a essas gigantes advém justamente dos impostos pagos pelo já surrado contribuinte.

Com base na afirmação de Cruz, pode-se supor que se trata de um jogo de cartas marcadas, em que o patrimônio público é distribuído às grandes empresas “amigas do Rei”. Sendo assim, “ao priorizar o financiamento subsidiado a empresas de maior porte, o BNDES concorreu para aumentar a concentração de mercado e provavelmente para a ampliação da desigualdade de renda” (BRANCO, 2017, *online*).

Desse modo, o Banco deixa prevalecer critérios ideológicos e políticos sobre os técnicos na hora de conceder empréstimos. Em consoante a tal afirmação, o BNDES financiou a Odebrecht, empreiteira brasileira, para tocar a obra do Porto Mariel, em Cuba. O interessante nisso é que, “segundo o que agora informa o banco, a ditadura cubana paga juros entre 4,4% e 7% pelos US\$ 642,97 milhões financiados entre 2009 e 2013, com prazo de até 25 anos”. (CAMPANA, 2015, *online*). Cuba possui um dos piores riscos de crédito do mundo e, ainda assim, contou com condições privilegiadas. De acordo com o economista Sérgio Lazzarini (2015) em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, “os juros desse financiamento deveriam estar entre 11,5% e 12,5%, em razão da fragilidade da economia cubana”.

Sendo assim, muitos economistas se perguntam sobre qual realmente é o papel do BNDES. De acordo com Kojikovski (2016, *online*), o papel de um banco de fomento “depende do momento econômico do país e do cenário mundial”.

Em um país em crise, em um momento em que o crédito das instituições privadas se contrai, a ação do BNDES deveria ser anticíclica, ajudando na saída do atoleiro. Foi assim que o banco agiu quando teve papel importante para a recuperação da crise de 2008. Por outro lado, em condições normais de temperatura e pressão, o ideal seria que bancos privados assumissem as rédeas da concessão de crédito (KOJIKOVSKI, 2016, *online*).

Branco (2017, p.4) afirma que “a maciça oferta de crédito subsidiado tende a atrofiar e não a fortalecer o mercado de capitais”. Dessa forma, fica evidente que com o BNDES “grande demais”, o setor privado acaba sendo encurralado.

2.3.3 O uso de subsídios para financiar investimentos

De acordo com Aurélio (2018), um dos significados de subsídio é “benefício”, e benefício é definido como “vantagem que se consegue tirar de alguma coisa”. É dessa forma que Branco (2017) enxerga a relação de algumas grandes empresas com o Estado (BNDES) quando diz que essas tiraram proveito da redução do custo do capital por meio do crédito subsidiado. Em consoante com essa afirmação, o ex-presidente do banco Dyogo Oliveira alega que “em muitos casos, as empresas, inclusive, faziam arbitragem com o dinheiro do BNDES, ou seja, aplicavam ganhando mais do que pegavam no empréstimo” (TEMÓTEO, 2018, *online*).

Além do viés político das escolhas dos empréstimos do banco, o uso de subsídios para financiar os mesmos é ponto de discussão há mais de 10 anos. De acordo com Kojikovski (2016), um dos problemas que se gera financiando com crédito abaixo do valor de mercado é a inviabilidade de novos entrantes – setor privado – nesse segmento de longo prazo.

Branco (2017, *online*) revela também que “mais crédito subsidiado só agrava a questão da sustentabilidade pública”. O autor coloca dessa maneira, pois o Tesouro pagou uma quantidade de juros maior sobre os títulos públicos emitidos do que recebeu dos empréstimos feitos pelo BNDES, gerando assim um *spread* muito grande que será pago, no final, obviamente pelo contribuinte.

Percebendo tudo isso, a partir do primeiro dia do ano de 2018 os empréstimos do BNDES deixaram de ser regidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), estipulada pelo governo de três em três meses com base na meta de inflação do ano, para serem corrigidos – numa transição gradual de cinco anos - pela Taxa de Longo Prazo (TLP), definida pelas taxas NTN-B (títulos públicos com rentabilidade atrelada à variação do IPCA) e pela inflação (COSTA, 2017).

A mudança é vista como positiva, pois “a expectativa é de que em algum tempo a TLP se aproxime aos juros praticados no mercado financeiro, resultando em pagamento de menos subsídios por parte do governo federal”. (DINIZ, 2018, *online*). Além disso, a nova taxa protege o trabalhador aumentando a remuneração dos recursos do FAT, democratiza o acesso ao crédito permitindo um acesso mais equânime aos recursos, oferece transparência à sociedade fazendo parte do orçamento da União, garante estabilidade por ser pré-fixada e, por

fim, tende a aumentar a produtividade permitindo mais disciplina na alocação de capital (FAZENDA, 2017).

3. Necessidades de financiamento do empresariado brasileiro

O Brasil historicamente é visto como um país de incertezas, tanto políticas quanto econômicas e geralmente a incerteza se apresenta como um entrave ao desenvolvimento. Por conta disso, os níveis de confiança do empresariado e do consumidor brasileiro oscilam drasticamente ao longo dos anos.

Prova disso é o percentual de sobrevivência das empresas no Brasil divulgado pelo SEBRAE (2016), onde afirma que em menos de dois anos uma a cada quatro empresas abertas se fecha. A pesquisa mostra ainda que a falta de capital se encontra como a segunda maior dificuldade enfrentada no primeiro ano de atividade e o crédito mais facilitado como a terceira maior utilidade para evitar o fechamento do negócio.

Um estudo realizado em 2017 pela MindMiners (empresa de tecnologia especializada em pesquisa digital), em parceria com o PayPal (empresa de pagamento online), constatou que 66% dos brasileiros querem abrir o próprio negócio. Entretanto, ainda que o brasileiro tenha o título de povo empreendedor, o baixo acesso ao crédito barato e os altos juros cobrados pelos bancos comerciais se tornam um grande obstáculo para estes dois terços de brasileiros que desejam abrir sua própria empresa.

De acordo com Fernandes e Tomazelli (2017, *online*) “os pequenos negócios, responsáveis por 27% do PIB brasileiro, estão com dificuldades para conseguir empréstimos do BNDES”. O banco estatal é o maior mecanismo do Governo federal para facilitar o acesso aos recursos necessários para a gestão ou expansão dos negócios no Brasil, porém esse acesso não tem se mostrado fácil aos brasileiros, principalmente aos pequenos empresários.

4. BNDES e os pequenos negócios

Os pequenos negócios são compostos pelas microempresas (considerando também o Micro Empreendedor Individual) e pelas Empresas de Pequeno Porte (EPP). Estas compõe parte significativa na composição econômica do Brasil como geradora de emprego e se apresenta como uma porta de entrada aos brasileiros que sonham abrir seu próprio negócio.

Com cerca de 70% do valor adicionado do setor de comércio e serviços de todo o país, as Micro e Pequenas Empresas (MPE's) detêm grande percentual de representatividade na economia brasileira (SEBRAE, 2015). Porém, elas ainda encontram grandes barreiras para conseguir crédito no setor privado. Segundo o SEBRAE (2017), mais da metade dos empresários decidem não realizar um financiamento em decorrência da taxa de juros ser desvantajosa.

De acordo com Fernandes e Tomazelli (2017, *online*) “os pequenos negócios, responsáveis por 27% do PIB brasileiro, estão com dificuldades para conseguir empréstimos do BNDES”. O banco estatal é o maior mecanismo do Governo federal para facilitar o acesso aos recursos necessários para a gestão ou expansão dos negócios no Brasil, porém esse acesso não tem se mostrado fácil aos brasileiros, principalmente aos pequenos empresários.

5. METODOLOGIA

Para Gil (1999, p. 26) “a investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos”. Para Matias-Pereira (2010, p. 24), “o método científico pode ser entendido como percurso para alcançar um fim ou pelo qual se atinge um objetivo, ou seja, é o caminho percorrido pelo cientista quando focado na produção de conhecimentos”. Sendo assim, os métodos científicos podem ser entendidos como roteiros para alcançar determinado fim.

Os métodos utilizados para a pesquisa foram o bibliográfico e de pesquisa de campo exploratória.

A princípio deve-se destacar que “a pesquisa constitui num procedimento formal para a aquisição de conhecimento sobre a realidade” (MEDEIROS, 2010, p.38). Sendo assim, a procura por dados se dá de forma direta ou indireta. A primeira caracteriza-se pelo levantamento de dados exatamente no local onde os fatos ocorrem. Já a segunda, dar-se-á por documentação.

Sendo assim, “a pesquisa bibliográfica caracteriza-se como documentação indireta” (MEDEIROS, 2010, p.38). Ela consiste na reunião de todas as informações e dados necessários para a construção da análise partindo de determinado tema. Medeiros (2010, p.39), afirma que “é aquela que busca o levantamento em livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada”.

Sobre a pesquisa de campo, “é aquela em que o pesquisador, através de questionários, entrevistas, protocolos verbais, observações, etc., coleta seus dados, investigando os pesquisados no seu meio” (PRESTES, 2002, p.17).

Para pesquisa de campo, que envolve metodologia qualitativa, preliminarmente foi realizado o cálculo do tamanho mínimo da amostra através da fórmula “ $n = N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p) / (N-1) \cdot e^2 + Z^2 \cdot p \cdot (1-p)$ ” que retornou, sobre um universo de 9.608 empresas (IBGE, 2017), uma amostragem de 88 empresas, considerando um erro amostral de 7% e um intervalo de confiança de 90%.

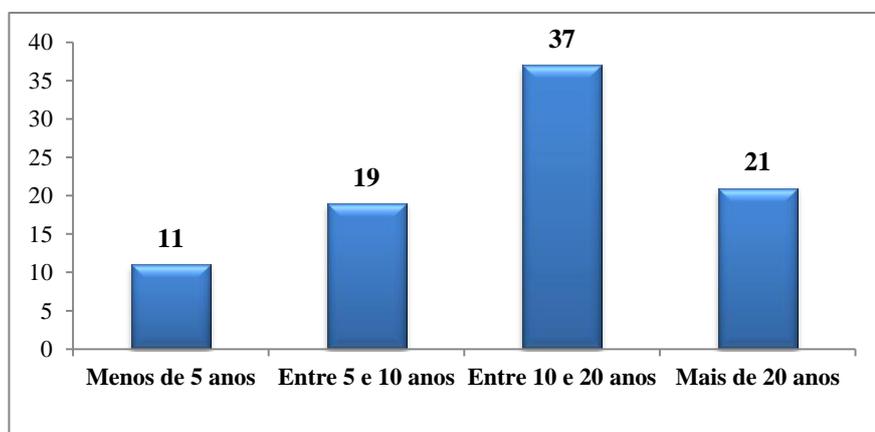
Dessa forma, foram entrevistados 88 empresários da cidade de Anápolis-GO por meio da plataforma de questionários do Google entre os dias 16/09/2019 a 05/11/2019, não demonstrando qualquer dificuldade na utilização da ferramenta por parte do autor.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Para a realização da pesquisa qualitativa foi utilizada a plataforma de formulários do Google, não tendo sido notado dificuldades significativas no processo.

A primeira pergunta a ser respondida foi quanto ao tempo como empresário dos participantes, os dados estão no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Gráfico representativo referente à quantidade de tempo como empresário



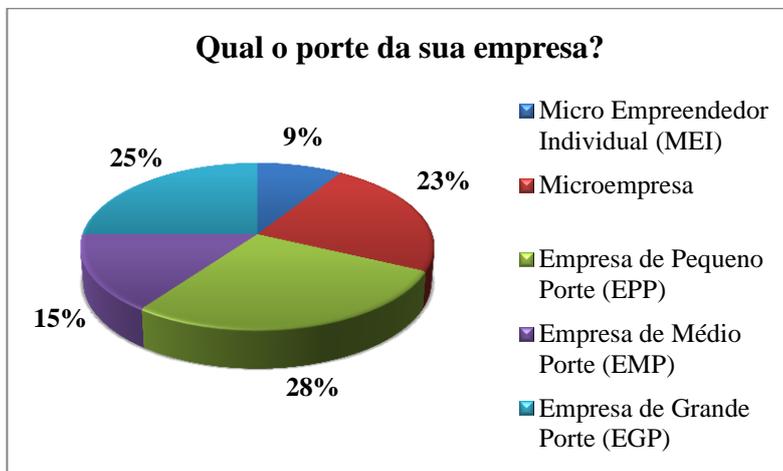
Fonte: o autor (2019)

Percebe-se pelo Gráfico 1 que a maioria dos entrevistados possuem entre 10 e 20 anos como empresário, essa categoria representa 42,04% dos participantes.

Dentre os entrevistados que possuem menos de 5 anos como empresário, todos declararam ser microempresários. No intervalo de 5 a 10 anos, sete revelaram ser microempresários, seis possuem empresa de pequeno porte (EPP), cinco possuem empresa de

médio porte (EMP), e apenas um possui empresa de grande porte (EGP). No intervalo de 10 a 20 anos, dez possuem microempresa, sete possuem EPP e nove possuem EGP. E por fim, os entrevistados com mais de 20 anos como empresário se dividiram em oito EPP, uma EMP e doze EGP.

Gráfico 2 – Gráfico representativo referente ao porte da empresa



Fonte: o autor (2019)

De acordo com os dados coletados foi identificada a diversidade dos participantes quanto ao porte de suas empresas, pois as microempresas, EPP, EMP e EGP não se encontram com grande diferença percentual. Considerando que a pesquisa foi feita com diversos empresários sem nenhuma distinção na coleta, os resultados se enquadraram no esperado.

Os empresários também foram questionados quanto à utilização de recursos de terceiros, os resultados estão demonstrados no Gráfico3, a seguir.

Gráfico 3 – Gráfico representativo referente à quantidade percentual de empresários que fazem uso de recursos de terceiros



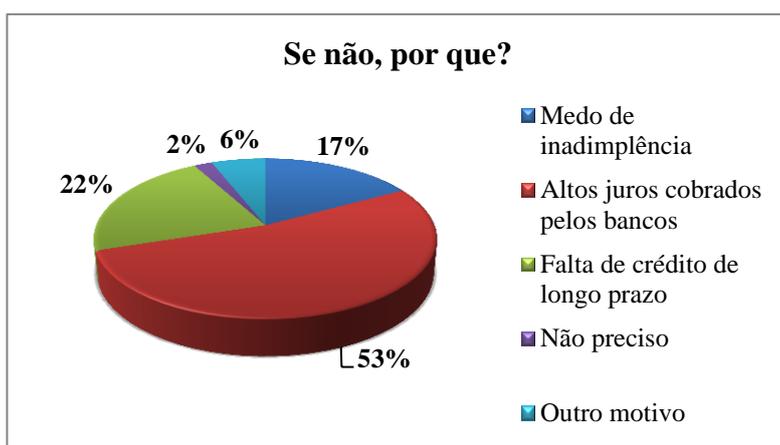
Fonte: o autor (2019)

De acordo com o Gráfico 3 é possível perceber que mais da metade dos empresários não utilizam capital de terceiros, que representam 53% dos entrevistados. Dentre os que declararam não utilizar recursos de terceiros, sete são MEI, treze são microempreendedores, dezesseis são EPP, cinco são EMP e seis são EGP. Dentre os que declararam utilizar recursos de terceiros, um é MEI, sete são microempreendedores, nove são EPP, oito são EMP e seis são EGP.

Os resultados mostram que 68% dos pequenos negócios não utilizam capital de terceiros. A pesquisa demonstra como ainda pode ser difícil o acesso ao crédito por parte dessas empresas, enquanto mais da metade das empresas que utilizam recursos de terceiros são médias e grandes.

A pergunta seguinte foi em relação aos motivos que levaram aos empresários a não utilizarem recursos de terceiros. Os resultados estão apresentados no Gráfico 4, a seguir.

Gráfico 4 – Gráfico representativo referente à quantidade percentual de empresários por motivo de não utilização de recursos de terceiros



Fonte: o autor (2019)

No Gráfico 4 é possível perceber que os altos juros cobrados pelos bancos, representando 53%, e a falta de crédito de longo prazo, representando 22%, se apresentaram como fatores determinantes para a não utilização de recursos de terceiros, somando 75% dos entrevistados.

Dessa forma, a pesquisa mostrou ainda que dentre esses empresários que declararam não utilizar recursos de terceiros, 77% são donos de pequenos negócios, formados por MEI's, microempresas e EPP's.

Os entrevistados também foram questionados sobre o seu conhecimento em relação ao Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde deveriam responder se conhecem ou não a instituição. As respostas estão demonstradas no Gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5 – Gráfico representativo referente ao conhecimento dos empresários em relação ao BNDES

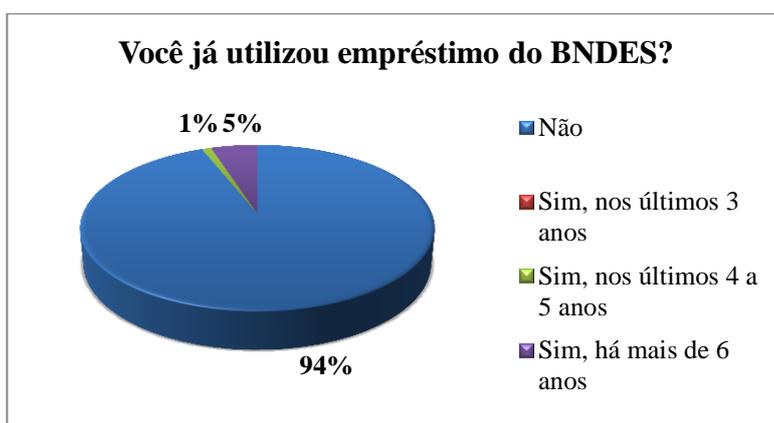


Fonte: o autor (2019)

Com relação ao entendimento do que é o BNDES, 100% dos entrevistados afirmam saber. Pode-se perceber que a existência do banco de desenvolvimento é percebida pelos empresários, porém os demais dados decepcionam quanto a sua utilização, o que deixa a entender que tal banco é utópico para a maioria dos empresários.

A pesquisa que seguiu foi em relação à utilização de empréstimos do BNDES por tempo. Os dados podem ser vistos no Gráfico 6, a seguir.

Gráfico 6 – Gráfico representativo referente à quantidade percentual de usuários por anos de utilização de recursos do BNDES



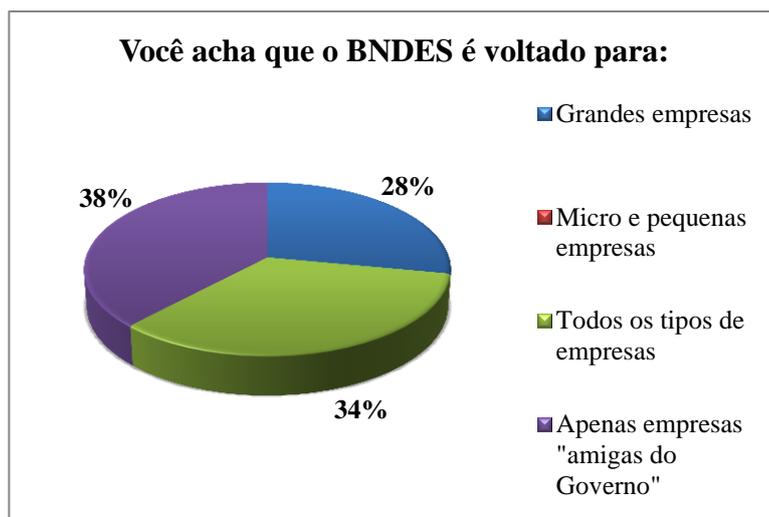
Fonte: o autor (2019)

De acordo com o Gráfico 6, 94% declararam nunca ter utilizado empréstimo do banco e os outros 6% declararam já ter utilizado há mais de 3 anos. É importante destacar que esses

6% representam apenas 5 empresários dos 88 entrevistados e que nenhum deles são proprietários de pequenos negócios. Isso reflete a ineficiência do banco em atender um maior contingente de empresários, ou mesmo de atender pequenos empresários.

Foram questionados também para que tipo de empresas eles acreditam que o BNDES é voltado. Os dados podem ser acompanhados no Gráfico 7, a seguir.

Gráfico 7 – Gráfico representativo referente ao nicho de atendimento do BNDES de acordo com os entrevistados



Fonte: o autor (2019)

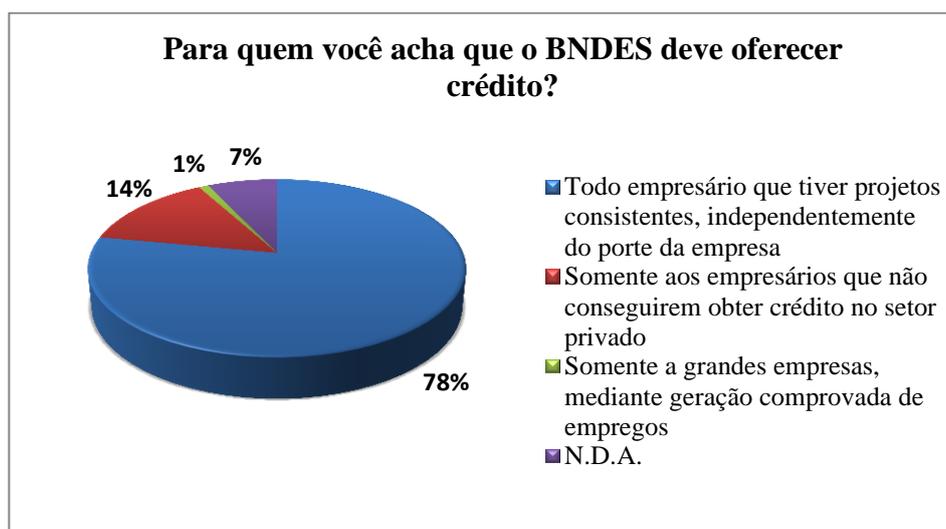
Os dados mostram que o resultado foi dividido praticamente igual em 3 partes, sendo predominante a crença de que o banco é voltado apenas para empresas “amigas do Governo”, que representam 38% das respostas.

É interessante notar que nenhum empresário acredita que o BNDES seja voltado para os micros e pequenos empresários. Esses dados mostram que por mais que o banco tenha criado políticas para atender a esses pequenos negócios, a maioria do empresariado entrevistado considera o banco como instrumento de proveito por parte das empresas amigas do Governo.

Vale destacar que 30% dos entrevistados acreditam que o BNDES seja voltado para todos os tipos de empresas.

Perguntou-se também para quem os entrevistados acham que o BNDES deve oferecer crédito. Os resultados estão apresentados no Gráfico 8, a seguir.

Gráfico 8 – Gráfico representativo referente ao público ideal para o BNDES na visão dos empresários entrevistados



Fonte: o autor (2019)

Em relação ao público que o BNDES deve atender 78% dos entrevistados acreditam que todo empresário que tiver projetos consistentes deve ser contemplado.

Os entrevistados responderam também sobre qual eles acreditam que seja a finalidade dos empréstimos do BNDES. Os dados estão apresentados no Gráfico 9, a seguir.

Gráfico 9 – Gráfico representativo referente à finalidade ideal para os recursos emprestados pelo BNDES



Fonte: o autor (2019)

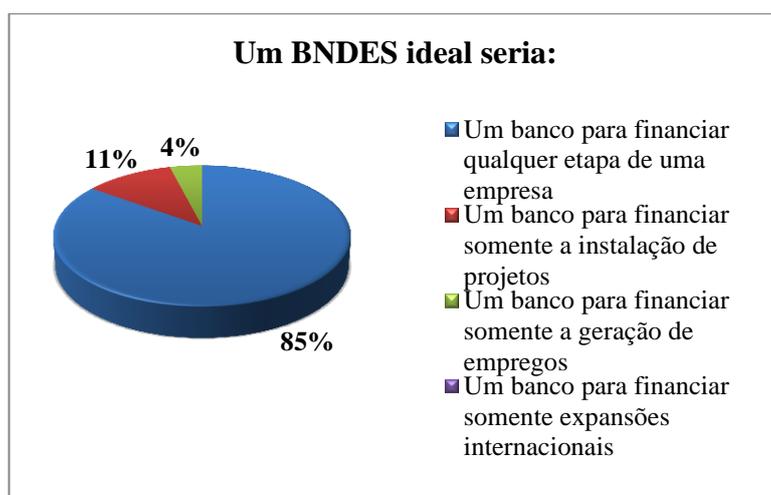
O Gráfico 9 mostra que 33% dos entrevistados acreditam que a finalidade dos empréstimos do BNDES é financiar o empreendedorismo, 10% que é financiar projetos de poder, 39% que é favorecer determinados empresários e, por fim, 18% afirmaram não ser nenhuma das alternativas acima.

Percebe-se que a maior parte dos empresários acredita que o banco alimenta um mecanismo espoliativo onde alguns determinados empresários são privilegiados.

Os empresários foram questionados sobre qual seria o papel ideal do BNDES. Os resultados estão apresentados a seguir no Gráfico 10.

Para complementar esses dados a pergunta seguinte foi sobre qual seria a atuação de um BNDES ideal. Os dados estão expostos no Gráfico 10 a seguir.

Gráfico 10 – Gráfico representativo referente à síntese do papel do BNDES para os empresários entrevistados



Fonte: o autor (2019)

Em relação ao Gráfico 10, 85% dos entrevistados acreditam que o BNDES ideal seria um banco para financiar qualquer etapa de uma empresa, 11% acreditam no financiamento apenas para a instalação de projetos, e apenas 4% creem no financiamento com o propósito de geração de empregos.

É imprescindível notar que nenhum dos empresários entrevistados concorda que o banco deveria financiar somente expansões internacionais, fato que vem ocorrendo durante os últimos anos. O Gráfico 9 deixa clara a percepção dos entrevistados quanto aos privilégios concedidos à determinados empresários, e são exatamente alguns destes que receberam financiamentos para expansões internacionais de suas empresas.

Sendo assim, através do questionário, percebeu-se que o BNDES não cumpre seu papel no atendimento à atividade empresarial Anapolina, principalmente em relação aos pequenos negócios. Foi possível perceber que, como na maioria dos estados brasileiros, esses pequenos negócios ainda encontram dificuldades no acesso ao crédito.

Desse modo, foi possível perceber que apesar de necessitarem de crédito e conhecerem o BNDES, os empresários componentes da amostra não o utilizam como fonte de capital para investimento e geração de emprego, demonstrando que o banco não tem cumprido com o seu papel estatutário.

7. CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto, o entendimento do papel de um banco de desenvolvimento nacional fica mais claro. Dessa forma, também é possível perceber a lacuna existente entre a missão do banco e sua real atuação, mais precisamente na cidade de Anápolis-GO, onde os empresários veem o BNDES como algo importante, porém muito distante de seu cotidiano.

A ineficiência do BNDES no cumprimento de sua missão, verificada na pesquisa de campo, confirma a hipótese de que há a transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos, ao se verificar que há concentração de crédito concedido às grandes empresas enquanto há escassez do mesmo junto à grande massa do empresariado.

No momento em que um banco de fomento com viés social elege majoritariamente direcionar crédito subsidiado a grandes empresas, coopera para a manutenção do alto spread bancário da economia e concorre para o atrofamento do mercado de capitais, percebe-se que, no final, muitos estão sendo obrigados a pagar o privilégio de poucos.

Logo, este molde de atuação do banco nos últimos anos antefere o retorno privado ao social e alimenta um mecanismo espoliativo à custa da sociedade, confirmando o pensamento de Smith, apresentado por Lima (2017), em que ele afirma que há injustiça no fato de toda a sociedade contribuir para o custeio de uma despesa cujo benefício recai apenas para uma parte dessa sociedade.

Por tudo isso, acreditamos que o objetivo do trabalho foi alcançado, uma vez que foi possível comprovar a inépcia do BNDES no atendimento à parte mais necessitada do empresariado brasileiro, em particular na cidade de Anápolis-GO, e a clara transferência de renda alicerçada na atuação do banco nos últimos anos.

Dessa forma, por mais que algumas das políticas do BNDES tenham se alterado desde o trabalho finalizado, expectamos que, com base na leitura do mesmo, surjam novas linhas de pesquisa mais contemporâneas e aprofundadas sobre os temas tratados. E mesmo que mudanças positivas forem implementadas e alguns problemas apontados no trabalho forem

resolvidos, ainda assim o estudo se torna imprescindível, pois como dizia o cientista político Edmund Burke no Volume I, capítulo XII do seu livro *A Vida da Razão*, publicado em 1905, “aqueles que não conseguem lembrar do passado, estão condenados a repeti-lo” (VINHAS, 2016).

8. Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. **Plano Nacional de Reparcelamento Econômico**, 2017. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-reaparelamento-economico>>. Acessado em: 11 de maio de 2019.

BNDES. **BNDES e o Tesouro Nacional**, 2018. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/divida-tesouro>>. Acessado em: 22 de maio de 2019.

BNDES. **FAT – Números e dados financeiros**, 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/pswzV>. Acessado em: 22 de maio de 2019.

BNDES. **Fontes de recursos**, 2019. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/fontes-de-recursos/fontes-recursos/>>. Acesso em: 21 de maio de 2019.

BNDES. **Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT**, 2019. Disponível em: <encurtador.com.br/eqrH9>. Acessado em: 22 de maio de 2019.

BNDES. **Nossa história**, 2019. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/nossa-historia>>. Acessado em: 13 de maio de 2019.

BRANCO, Roberto Castello. **Qual é o papel do BNDES?**, 2017. Disponível em: <<https://www.revistari.com.br/214/1249>>. Acessado em: 14 de maio de 2019.

BRASIL, Constituição (1988). **Título IX – Das Disposições Constitucionais Gerais. Artigo 239**. Disponível em: <encurtador.com.br/cfEI1>. Acessado em: 22 de maio de 2019.

CAMPANA, Fábio. **BNDES, o banco camarada**, 2015. Disponível em: <<https://www.fabiocampana.com.br/2015/06/bndes-o-banco-camarada/>>. Acesso em: 23 de outubro de 2019.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Diálogo entre economistas**, 2017. Disponível em: <<http://twixar.me/DxFT>>. Acessado em: 23 de outubro de 2019.

CRUZ, Patrick. **O BNDES é bom para quem?**, 2013. Disponível em: <<https://www.exame.abril.com.br/revista-exame/o-bndes-e-bom-para-quem/amp/>>. Acessado em: 16 de maio de 2019.

DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar. **Comércio Exterior – Teoria e Gestão**. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2004.

DINIZ, Maiana. **TLP de 6,7% entra em vigor hoje e passa a indexar empréstimos do BNDES**, 2019. Disponível em: <www.encurtador.com.br/sz589>. Acessado em: 21 de outubro de 2019.

FAZENDA. **10 vantagens da TLP**, 2017. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2017/julho/10-vantagens-da-ttp>>. Acessado em: 22 de outubro de 2019.

FERNANDES, Adriana; TOMAZELI, Idiana. **Bancos travam crédito do BNDES para pequenas empresas**, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/bckoH>. Acessado em: 23 de outubro de 2019.

FILHO, Hernani T. T.; COSTA, Fernando N. da. **Financiamento de longo prazo no Brasil: um mercado em transformação**. 1843 Texto para discussão - IPEA, Rio de Janeiro, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 26.

GREENWALD, Bruce; STIGLITZ, Joseph. **Externalities in economies with imperfect information and incomplete markets**. The Quarterly Journal of Economics, Oxford, v. 101, n. 2, p. 229-264, 1986.

IEDI. **Relevância e atualidade dos bancos de desenvolvimento**, 2017. Carta IEDI n.822. Disponível em: <https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_822.html>. Acessado em: 08 de outubro de 2019.

JAYME JR., Frederico; CROCCO, Marco. **Bancos públicos e desenvolvimento Econômico: Uma introdução**. Bancos Públicos e Desenvolvimento - IPEA, Rio de Janeiro, P.17, 2010.

KOJIKOVSI, Gian. **Qual é afinal, o papel do BNDES?**, 2016. Acesso em 12 de Maio de 2019, disponível em Revista Exame: < <https://exame.abril.com.br/economia/qual-e-afinal-o-papel-do-bndes/>>.

LESSA, Carlos. **A ideia de banco de desenvolvimento está sendo substituída pela ideia de banco de investimento**. Jornal dos Economistas, Rio de Janeiro, n.334, jun. 2017.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2010, p. 24.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica – A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. São Paulo, Editora Atlas S.A., 11º edição, 2010.

MEMÓRIA BNDES. **Linha do tempo – BNDES**, [S.I.] Disponível em: < http://www.memoriabndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Projeto_Memoria/linha-do-tempo.html>. Acessado em: 12 de maio de 2019.

NEDER, Vinicius; NUNES, Fernanda, GRELLET, Fábio. **BNDES emprestou R\$1,9 bilhão para compra de jatinhos executivos**, 2019. Disponível em: <www.encurtador.com.br/exNTX>. Acessado em: 18 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, Filipe. **66% dos brasileiros querem abrir o próprio negócio para ter mais liberdade e autonomia**, 2017. Disponível em: <<http://www.revistapngn.globo.com/Empreendedorismo/noticia/2017/10/66-dos-brasileiros-querem-abrir-o-proprio-negocio-para-ter-mais-liberdade-e-autonomia.html>>. Acessado em: 21 de outubro de 2019.

PEREIRA, Roger. **O que ainda há na “caixa-preta” do BNDES, que Bolsonaro mandou abrir?**, 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/caixa-preta-bndes-bolsonaro/>>. Acessado em: 23 de outubro de 2019.

SEBRAE. **Estudo de mercado: Pequenos negócios em números**, 2018. Disponível em: <<http://twixar.me/XkWT>>. Acessado em: 21 de outubro de 2019.

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Participação das micro e pequenas empresas na economia**, 2015. Disponível em: <<http://observatorio.sebraego.com.br/midias/downloads/01042015153936.pdf>>. Acessado em: 22 de outubro de 2019.

SEBRAE. **Sobrevivência das empresas no Brasil**, 2016. Disponível em: <<http://www.datasebrae.com.br/sobrevivencia-das-empresas/>>. Acessado em: 21 de outubro de 2019.

TEMÓTEO, Antonio; SILVA, Paulo; HESSEL, Rosana. **“O excesso de subsídios no BNDES deu errado”**, [S.I.]. Disponível em: < <http://twixar.me/kxFT> >. Acessado em: 23 maio de 2019.

VASCONSELLOS, Marco Antônio de S. **Economia Micro e Macro**. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2009.

VINHAS, T. SUPERBLOG. **Frase da semana: “Aqueles que não podem lembrar do passado, estão condenados a repeti-lo”**. Disponível em: < <https://super.abril.com.br/blog/superblog/frase-da-semana-8220-aqueles-que-nao-conseguem-lembrar-o-passado-estao-condenados-a-repeti-lo-8221/>>. Acesso em: 27 de novembro de 2019.